

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • € 0,75 • Ano X • Novembro/Dezembro 2001 • Nº 48

UNIDADE CONFIANÇA E LUTA

A Instituição Militar e os militares atravessam um dos momentos mais difíceis e incertos da longa história da sua existência ao serviço do País, da independência e soberania nacionais. Mas é nas horas mais difíceis que os homens e os exércitos se revelam no seu carácter, na sua elevação, na sua coesão e disciplina, na sua bravura e perseverança e na sua paciência e sangue frio. Os Sargentos de Portugal mais uma vez saberão estar à altura da memória dos seus antepassados, resistir às dificuldades e vencê-las.

Pág. 2



Operação
Vamos todos
ao PM

Pág. 3

Encontro
Nacional de
Delegados

Pág. 4

Que estratégia
de defesa
nacional?

Pág. 5

Mensagem
de D. Januário
Torgal

Pág. 7

Militares
europeus
lutam pelos
seus direitos

Pág. 8

Proposta
de alteração
do DL 328/99

Pág. 8

DIA NACIONAL DO SARGENTO
PARTICIPA NAS COMEMORAÇÕES EM TODO O PAÍS
EM LISBOA, DIA 2 DE FEVEREIRO, NA VOZ DO OPERÁRIO

Cidadania

Nunca, como agora, se falou tanto em cidadania, em diálogo social, em democracia participada. Os nossos políticos e governantes invocam amiúde estas terminologias, renovando a necessidade dos cidadãos exercerem os seus direitos constitucionais.

A distância entre o "disse-se" e a realidade é, contudo, enorme. Um fosso profundo separa as intenções da prática, não vindo de cima os exemplos concretos que dêem ao cidadão vulgar a certeza e os meios que permitam exercer os direitos de cidadania.

As "paixões" e o prometido diálogo do ainda primeiro-ministro António Guterres revelaram-se passageiras, ou meras "tiradas eleitoralistas" que na ocasião deram frutos (isto é, conquistaram votos!), mas depressa revelaram os seus poderes. Se, por exemplo, a Educação se faz (ou devia fazer) em conjunto com a comunidade educativa — professores, alunos, pais, instituições e autarquias locais —, também nas questões de Defesa Nacional se têm de empenhar e participar todos os seus agentes sem excepção.

Excluir os cidadãos da participação na resolução dos seus próprios problemas é um acto antidemocrático e totalitário. Quando o principal responsável pelo poder político do governo de um país não recebe os representantes de uma classe social, como poderemos classificar essa atitude?

Como se pode entender a total ausência de medidas para resolver os graves problemas que asfixiam a Instituição Militar e se pretenda participar em intervenções internacionais? Para ter protagonismo político além-fronteiras?

Responda quem souber!

Nós mantemos a nossa postura de sempre. Com serenidade, com respeito pelas instituições, mas também com firmeza, continuamos a apelar ao diálogo. E, cada vez mais, com uma certeza e um alerta:

A sociedade civil não pode alhear-se das suas Forças Armadas! ●

A Instituição Militar e os militares atravessam um dos momentos mais difíceis e incertos da longa história da sua existência ao serviço do País, da independência e soberania nacionais. Mas é nas horas mais difíceis que os homens e os exércitos se revelam no seu carácter, na sua elevação, na sua coesão e disciplina, na sua bravura e perseverança e na sua paciência e sangue frio. Os Sargentos de Portugal mais uma vez saberão estar à altura da memória dos seus antepassados, resistir às dificuldades e vencê-las.

As Forças Armadas Portuguesas encontram-se em ruptura franca em muitos sectores e à beira da insolvência noutros. A Instituição Militar, que é o pilar mais importante da soberania e independência nacionais, vê-se numa situação relapsa, sem meios para pagar a totalidade dos vencimentos aos jovens em regime de contrato, aos militares em missões diplomáticas e no estrangeiro, hesitando mesmo na atribuição de subsídios de risco aos militares portugueses integrantes da STANAVFORLANT, actualmente envolvidos na operação de ataque ao terrorismo, aos quais foram atribuídas missões de acrescido risco. Vê-se na contingência de não poder cumprir com o pagamento dos combustíveis e de outros compromissos comerciais.

O Primeiro Ministro continua a dar a entender que não é oportuno resolver os problemas dos militares e, por isso, não desbloqueia as verbas necessárias. É preciso demonstrar ao PM que não só é oportuno como necessário e urgente!

Ao mesmo tempo os vencimentos dos militares continuam a degradar-se no contexto da administração pública, os militares em comissão nas Regiões Autónomas são discriminados não usufruindo do subsídio de insularidade, as carreiras continuam a marcar passo, o retrocesso funcional e a desvalorização profissional agravam-se na justa medida em que a aderência dos jovens às Forças Armadas diminui.



Os vencimentos dos militares continuam a degradar-se no contexto da administração pública, os militares em comissão nas Regiões Autónomas são discriminados não usufruindo do subsídio de insularidade, as carreiras continuam a marcar passo, o retrocesso funcional e a desvalorização profissional agravam-se na justa medida em que a aderência dos jovens às Forças Armadas diminui. É preciso lutar para inverter estas perspectivas negativas!

É preciso lutar para inverter estas perspectivas negativas!

Quanto aos vencimentos o Ministro da Defesa Nacional disse em sede parlamentar que o orçamento para 2002 não dota o Ministério com os meios suficientes para resolver os problemas de vencimentos dos militares. Continuam por resolver as questões de equidade, como relativamente ao sistema retributivo da GNR e o relativo à aplicação do artigo 19.º pontos 2 e 3 do DL 328/99, que fez com que os camaradas recusassem no posicionamento indiciário conquistado arduamente no DL 80/95 e no DL 299/97, e, ainda, a absorção dos diferenciais nas 2.ª e 3.ª fases que os Oficiais da Armada mantiveram.

Não se vislumbra, também, que hajam meios para revalorizar autonomamente o índice 100 e o Suplemento da Condição Militar. Em contrapartida continuam as reuniões da comissão do âmbito do EMGFA e as tabelas a proliferarem, só para desmobilizar e confundir. O Primeiro Ministro continua a dar a entender que não é oportuno resolver os problemas dos militares e, por isso, não desbloqueia as verbas necessárias. É preciso demonstrar ao PM que não só é oportuno como necessário e urgente!

O processo que obrigámos a abrir, com mais de 6 000 assinaturas de cidadãos, utilizando um direito constitucional, na Assembleia da República para este órgão de soberania voltar a discutir o EMFAR e rectificar os artigos que impõem o retrocesso funcional e

os que não criam os mecanismos de fluidez nas carreiras, ou seja, os artigos estruturantes da nossa carreira e do seu desenvolvimento, continua sem agendamento nem resposta. Vamos, dentro em breve, apresentar mais cerca de 2.000 assinaturas de cidadãos e pedir uma adenda ao processo.

É preciso demonstrar a todos que não nos conformamos com uma carreira sem perspectivas: não queremos passar a maior parte do tempo útil de vida no posto de 1.º Sargento!

Justiça Militar num impasse

A questão da Justiça Militar, depois das diligências que fizemos para que o processo fosse discutido em sede própria por todos os interessados, voltou a cair num impasse que não pressagia nada de bom.

É preciso continuar a pugnar para que esta discussão seja travada por quem de facto entende da matéria e tem interesses directos nela, nomeadamente: os Juizes, os Magistrados do Ministério Público, a Universidade, os Juristas, os Militares representados pelas suas associações.

Há quem nestes momentos difíceis pretenda fazer como o cuco e vir utilizar a justa luta dos militares para virem chocar os seus pontos de vista e anseios pelo poder. A esses devemos dizer muito claramente que sabemos muito bem distinguir as andorinhas dos cucos e não deixaremos instrumentalizar a nossa nobre e justa luta para outros fins que não sejam a defesa da Instituição e da Família Militar.

Em suma, camaradas:

Temos de continuar a lutar com determinação, com confiança, em unidade, com serenidade e inteligência, porque podemos correr o risco de ficar numa situação ainda mais gravosa do que a que temos!

A vida já nos demonstrou que nada conseguimos sem luta. Esta que estamos a travar, vai ser longa, dura, complexa e difícil. Só a determinação, a unidade e a confiança na possibilidade de vitória nos pode ajudar a vencer aqueles obstáculos. ●

Até sempre, Camarada...

No fecho da edição do nosso jornal recebemos a notícia do falecimento de um destacado dirigente do associativismo militar europeu e amigo de longa data da ANS.

Trata-se de John Lucey (54 anos), Secretário Geral da PDFORRA (associação de militares da Irlanda) e membro Comitê Executivo da EUROMIL.

O trágico acidente ocorreu durante a escalada de uma montanha, no dia 6 de Janeiro, quando se preparavam para mais uma escalada



John Lucey

do Kilimanjaro, integrada no programa de caridade "Childaid".

A ANS, neste momento trágico, solidariza-se com a família enlutada, com os militares irlandeses, através da sua associação, e com a EUROMIL.

Reconhecendo a importância do trabalho associativo desenvolvido por John Lucey em prol dos cidadãos em uniforme europeus, os Sargentos de Portugal curvam-se respeitosamente perante a sua memória.

Até sempre, Camarada... ●

Com serenidade, firmeza e em unidade defenderemos a dignidade

Os Sargentos dos três ramos das Forças Armadas demonstraram, no passado dia 12 de Dezembro, através da operação "Vamos ao Primeiro Ministro", a sua indignação pela continuada recusa do Sr. Primeiro-Ministro em dotar o MDN dos meios necessários para a resolução dos problemas que os afectam, e total solidariedade com a ANS pela coerência, persistência e determinação com que têm desenvolvido as acções tendentes a encontrar os caminhos que nos conduzam às soluções justas e necessárias para esses mesmos problemas.

A primeira parte desta operação, recusa ao almoço, teve uma adesão avassaladora por parte dos Sargentos de Portugal tendo globalmente atingido valores nacionais próximos dos 95%.

Na segunda parte da operação, enquanto uma delegação da ANS diligenciava, pela sétima vez, ser recebida pelo Sr. Primeiro-Ministro, entre 400 a 500 camaradas das unidades de Lisboa, passaram-se fardados junto sua residência oficial, verificando-se, mais uma vez, a discrepância entre os números citados pela comunicação social e os do próprio gabinete do PM.

Não podemos deixar de realçar a dignidade, disciplina, serenidade e determinação, justamente reconhecidas pelas próprias forças de segurança presentes no local, como tudo decorreu, tornando-nos uma vez mais dignos do uniforme que orgulhosamente usamos.

Reunião com MDN

No mesmo dia, enquanto decorria a recusa ao almoço, uma delegação da ANS, constituída pelos Presidente e três Vice-Presidentes da Direcção, e pelo



Presidente da Mesa da Assembleia Geral encontravam-se reunidos com o Sr. Ministro da Defesa Nacional, por solicitação deste, que se encontrava acompanhado por quatro elementos do seu gabinete.

A reunião decorreu num clima de cordialidade e frontalidade; mas, diga-se em abono da verdade, algo confrangedor. Quando seria de esperar sermos confrontados com uma proposta ten-

dente à resolução no todo ou em parte dos nossos problemas, o Sr. Ministro confrontou-nos, isso sim, com um conjunto de problemas e dificuldades comprometendo-se contudo a entregar-nos uma proposta concreta no prazo de oito dias. Restou-nos a simpatia com que declarou serem justas, pertinentes e realistas as nossas propostas.

A delegação da ANS reafirmou, na oportunidade, tudo o que tem vindo a

defender, nomeadamente:

- Ser errado separar o triptíco de problemas expostos, a saber: a correcta aplicação dos art. 12.º e 19.º do DL 328/99 de 18 de Agosto, e a aplicação da tabela indiciária da GNR aos militares dos 3 ramos das Forças Armadas;

- Que, se o MDN não dispuser dos meios financeiros necessários para a implementação de uma qualquer solução, não valerá a pena desenvolver os esforços tendentes a encontrá-la, já que tornaria ineficaz a solução, o que destruiria toda a confiança já de si abalada por todo um passado sem soluções;

- Que não estamos disponíveis para que aconteça a este ministro o que aconteceu ao seu antecessor para defesa da dignidade da função ministerial, sendo por essa razão que, desde Maio passado, decidimos dirigir os nossos esforços para o Sr. Primeiro-Ministro a fim de, na base do diálogo, serem disponibilizados os suficientes meios financeiros ao MDN para a resolução dos problemas.

Perante o resultado da reunião com o MDN queremos deixar claro que os Sargentos de Portugal saberão manter a firmeza, a serenidade, a disciplina e a unidade que nos permitirá trilhar os caminhos do sucesso, com dignidade, lealdade e honrando a condição militar.

Também, por tudo isto, aguardamos com serenidade pela proposta do MDN na certeza que saberemos distinguir o que são sinais claros, audíveis e sérios do mero ruído que nada pretende resolver e tudo protelar.

Unidos, disciplinados, disponíveis e determinados, mas simultaneamente serenos, com inteligência e elevação os Sargentos de Portugal saberão ultrapassar os obstáculos que, actualmente, se nos depararem. ●

"Vamos todos ao Primeiro Ministro"

A Direcção da ANS tem desenvolvido e conduzido uma luta persistente junto do Governo no sentido de os nossos problemas mais prementes serem resolvidos.

Nesse sentido, e após uma reunião com o ministro da tutela onde ficou claro que não obstante a sua boa vontade, tal como acontecia com o seu antecessor, não dispunha dos meios suficientes, a Direcção resolveu encetar todo o tipo de diligências junto de SEXA o Primeiro Ministro (PM) para ser recebida a fim de poder, através do diálogo construtivo, fazer vingar a ideia da oportunidade, necessidade e urgência da resolução dos problemas originados pelo incumprimento da lei e pela injustiça

Tais diligências consistiram no pedido formal de audiências directamente na residência oficial do P. M. por delegações da Direcção trajando à civil, acompanhados por camaradas fardados que aguardaram o resultado do pedido passeando pacatamente nos passeios adjacentes e fronteiro da residência.

Nas segunda e terceira vez as delegações foram recebidas pelos assessores social e militar, primeiro, e pelo assessor militar depois. Como em todas as deslocações a delegação da ANS deixou uma carta renovando o pedido de audiência, a Direcção foi recebendo ofícios de resposta contendo a mesma sugestão dada pelos

assessores: que os pedidos fossem dirigidos ao ministro da tutela, pois o gabinete do PM já lhes tinha dado conta dos pedidos e do assunto em causa.

Mas como a sugestão não foi acompanhada de meios suficientes para o ministro da tutela resolver os problemas colocados, não foi tida como válida, pois essa possibilidade já a Direcção esgotara sem êxito.

Conhecedores de mais esta forma de luta muitos camaradas em todo o País fizeram sentir à Direcção que se deveria encetar uma forma de luta nacional, em simultâneo com mais uma deslocação, de modo a todos poderem participar simbolizando a sua solidariedade para com a Direcção e a indignação pelo arrastar incompreensível dos problemas provocados por este Governo.

Em face disso a Direcção, numa atitude histórica, resolveu pela primeira vez da sua vida convocar uma jornada nacional de luta, possibilitando a todos os Sargentos dizer ao PM que deve receber a Direcção da ANS, faltando ao almoço nas messes e refeitórios, salvaguardando o respeito pelos horários, serviços e a disciplina. A operação, denominada Vamos todos ao Primeiro Ministro!, foi um êxito com níveis de adesão superiores a 90%. Nesse dia, 12 de Dezembro, por volta das 18h00, nova delegação da ANS compareceu para solicitar uma audiência ao PM, desta feita acompa-

nhados por várias centenas de camaradas que aguardaram o resultado passeando fardados nos passeios, sem prejudicar o trânsito. Mais uma vez a audiência foi recusada.

Resultados das autárquicas não alteram diligências

Em face das consequências dos resultados eleitorais da últimas autárquicas, muitos camaradas desanimam como se este Governo já não tivesse condições para resolver os problemas que criou. A Direcção da ANS não é da mesma opinião. Primeiro porque os problemas que estão a ser colocados respeitam ao cumprimento do DL 328/99 e à reparação de uma injustiça derivada pelo incumprimento do DL 184/89. Portanto são meros actos de gestão. Pertencem à mesma família de actos que possibilitam o Governo baixar o preço da gasolina, embora neste caso tal medida reduza a receita pública.

Por isso a Direcção da ANS vai continuar a persistir nas diligências para a resolução dos problemas, embora admita fazê-lo adaptando as atitudes à nova situação. A Direcção da ANS continua convicta que só lutando poderemos ver os problemas dos Sargentos e das suas famílias resolvidos. ●

A ANS promoveu um Encontro Nacional de Delegados, no dia 20 de Outubro, no Auditório do CASO (Centro de Apoio Social de Oeiras), do IASFA, no qual participaram cerca de 60 delegados de diversas unidades militares de Portugal Continental, Açores e Madeira. Teve os seguintes temas:

▲ **Estratégia eleitoral 2002/2003.**

▲ **O novo enquadramento jurídico do associativismo militar.**

▲ **Os novos desafios do delegado da ANS.**

▲ **As novas formas de luta.**

A actual situação social dos militares, com a persistente manutenção de problemas por resolver ao nível do sistema retributivo e de uma preocupante falta de resposta no que concerne aos mecanismos de desenvolvimento de carreiras, aliada a uma incompreensível indiferença do Governo relativamente aos sucessivos pedidos de intervenção por parte do Primeiro Ministro, bem assim como a nova realidade do associativismo militar, a precisar duma séria reflexão consciente e desinibida, coloca-nos perante uma encruzilhada de novas respostas na busca das soluções mais exequíveis e que melhor sirvam os interesses dos Sargentos de Portugal. •

ENCONTRO NACIONAL DE DELEGADOS

DISPONÍVEIS NA BUSCA DE SOLUÇÕES

A realização do Encontro Nacional de Delegados resultou da necessidade de se discutir o enquadramento da ANS no novo regime jurídico resultante da recente alteração do Art.º 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA).

No que diz respeito ao primeiro tema, a Direcção colocou a debate a sua proposta, previamente discutida em reuniões de Direcção e do Conselho Técnico e nas rondas às delegações, e que se traduz na redefinição dos moldes de composição da Direcção e na apresentação de uma lista a concorrer às próximas eleições, constituída pelos actuais membros, com alterações pontuais.

Como se sabe, a nomeação de listas tem obedecido a um acordo que implementa a rotatividade entre os ramos para os cargos de presidência, e ainda a um princípio de cumprimento de cotas entre os ramos. Nesta perspectiva caberia ao Exército o cargo de presidente da Direcção no próximo biénio. No entanto, como estamos a meio de um processo de luta que exige que a equipa actual se mantenha, pela sua união, pelo seu empenhamento e pelo capital de experiência acumulado nestes últimos anos, criando contactos importantíssimos a nível dos órgãos de Estado e mais recentemente com as chefias militares, contactos esses que devem ser privilegiados e potenciados para, no interesse da ANS, conseguirmos atingir os objectivos, optou-se pela apresentação desta proposta. Quanto ao cumprimento das cotas entre os ramos, a proposta aponta para que se defina um número mínimo e máximo de membros a integrar na Direcção, de tal forma que permita a integração de todos os camaradas que estejam disponíveis e com potencialidades e vontade de trabalhar. As propostas tiveram bom acolhimento por parte dos delegados, pelo que se irá proceder de acordo com o apresentado.

Quanto ao novo enquadramento jurídico do associativismo militar, este veio trazer a necessidade de alterarmos os estatutos da ANS, de acordo com o actual Art.º 31º da LDNFA, nomeadamente no que respeita aos fins a que a ANS se destina.

Esta questão é, neste momento, uma questão de top pois, ao fim de muitos anos de luta, conseguiu-se quebrar um muro psicológico terrível que era o Artigo 31º, sendo um marco histórico não só para os

sargentos mas para todos os militares, inclusive para as chefias que têm que aprender a nova arte de comandar. É um novo caminho que tem que ser percorrido por todos.

Temos a consciência que as questões se resolvem com o poder político, mas que o relacionamento de costas voltadas entre as associações e as chefias criavam um clima extremamente desconfortável nas unidades, pois os comandos normalmente agiam por excesso.

Assim, será feita em Janeiro uma Assembleia Geral (ler convocatória na pág. 6 deste jornal) para fazer a referida adaptação. Os nossos estatutos devem ser flexíveis, libertando de amarras, e devem ter mecanismos que permitam encontrar as soluções mais adequadas para os problemas de cada momento e que melhor defendam os interesses dos sargentos portugueses.

Para efeito de alteração dos estatutos foi aprovada uma proposta no sentido de fornecermos a todos os delegados uma cópia dos estatutos actuais, para que, com base nos mesmos, fizessem chegar à Direcção propostas de alteração.

No debate sobre os novos desafios do delegado da ANS, o presidente da Direcção, Lima Coelho, fez a introdução ao tema com a leitura de um texto no qual lança o desafio para que os delegados, cada vez mais, apresentem um trabalho organizado, espírito empreendedor, iniciativa, combatam a passividade e dinamizem a nossa massa associativa.

O debate revelou a necessidade de se continuar com um acompanhamento cons-

tante junto dos delegados, como forma de motivação e surgimento de novos delegados, uma vez que estes são o suporte do funcionamento da ANS. Foi referido ainda que o trabalho dos delegados é fundamental e tem sido extraordinário, apesar de por vezes ter pouca visibilidade. O delegado deve continuar a ter a mesma atitude e bom senso, discernindo bem entre as matérias associativas e as operacionais, para que não se dê oportunidade de que os opositores do associativismo venham dizer que tinham razão e que não estávamos preparados para ter estes direitos. Se conseguirmos isto estamos perante um leque de novas oportunidades.

Por fim, foi abordado o tema das novas formas de luta, em que foi feito um ponto de situação do momento actual e na falta de soluções para os problemas que nos atingem. Foi, ainda, apresentado um problema particular dos camaradas que prestam serviço nos Açores e na Madeira e que não recebem o subsídio de insularidade, como os restantes funcionários públicos.

Os delegados mostraram-se disponíveis para participar, foi reforçada a ideia de que se formos persistentes os nossos objectivos serão alcançados e que devemos estar atentos, pois as perspectivas para quem serve nas Forças Armadas são cada vez piores.

No final do encontro foi aprovada uma resolução e uma moção, que foram enviadas aos órgãos de soberania e divulgadas nos órgãos de comunicação social. •



QUE ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL?

A Associação Nacional de Sargentos tem vindo repetidamente a chamar a atenção para a gravidade da situação em que se encontram as Forças Armadas, tanto na vertente do pessoal como na do material. Hoje, porque as medidas que se impunham não foram tomadas, vive-se numa situação de pré-ruptura, nuns casos, e de ruptura real noutros. Isto num momento de grave crise mundial instalada pelo terrorismo e de uma guerra sem quartel imposta para o derrotar. Mas a situação agravou-se, a um ritmo acelerado de envelhecimento e de degradação, porque as indispensáveis medidas não foram tomadas, e, iludindo o problema, a imagem oficial que se pretendeu veicular ao longo de mais de 20 anos pelos sucessivos Governos é a de que se vivem algumas dificuldades, mas que estão a ser tomadas as medidas adequadas para as ultrapassar. Como causa mais importante ao nível legislativo e estratégico **emerge a ausência da actualização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)**. O actual foi concebido e promulgado em 1982 e, de então para cá, já a Constituição sofreu três alterações, o País aderiu à CEE que já se transformou em UE, foi criado o EURO, caíram muros, e ergueram-se outros, as ameaças e o conceito de inimigo alteraram-se, sucederam guerras impen-sáveis na década de 80, como a do Golfo, as dos Balcãs, o ataque aos EUA e a consequente guerra do Afeganistão ainda em curso. Alteram-se os meios tecnológicos aplicados às armas obrigando a modificar os Sistemas de Armas e a repensar os dispositivos. Mas em Portugal, aparentemente, ao nível estratégico, tudo ficou na mesma. Sem aquele instrumento estratégico e os consequentes Sistema de Forças e Dispositivo actualizados e definidos como um amplo consenso nacional não é possível planear a aquisição de meios, nem definir projectos orgânicos coerentes e credíveis. Pode até acontecer, que os meios adquiridos em alugar de longa duração, mais não sejam do que peças descartáveis a prazo, com os prejuízos inerentes, se não forem integráveis no projecto europeu de defesa e segurança que, no segredo dos gabinetes e sob a tutela do ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama, se têm vindo a desenvolver, ocultando-se deste modo as suas verdadeiras e reais intenções: cumprir com compromissos europeus à revelia do querer nacional. O quadro com que se defronta a Defesa Nacional aponta nesse sentido, no sentido da sua extinção a prazo para dar lugar ainda não se sabe ao quê. A Força de Acção Rápida poderá não passar de balão de ensaio destinado a aferir das sensibilidades e das resistências nacionais à extinção das suas FF.AA.

Quanto ao material, Portugal tem hoje duas LPM em vigor: uma que já existia e termina a sua vigência em 2002, mas que nunca foi executada na sua plenitude, ou seja, a aquisição dos meios aí previstos nunca aconteceu ou ocorreu a um nível muito inferior ao programado; e a LPM recentemente aprovada com pompa a partir de um acordo entre o PS e o CDS/PP, que, segundo a imprensa, envolveu os problemas dos veteranos de guerra. Por outro lado, temos um conjunto de meios obsoletos, que já ultrapassaram ou estão em vias de ultrapassar o tempo útil de vida e que, continuando a ser utilizados, põem em causa

a segurança daqueles que os operam, e envergonham o País quando em missões conjuntas com militares de outros países.

A LPM recentemente aprovada também não tem grande probabilidade de ser executada, ou o seja, nas partes em que o for, desfasada no tempo retirando-lhe a eficácia – como é o caso da aquisição dos submarinos, concorde-se com ela ou não, que serão integrados na Armada dois anos depois de os actuais terem deixado de operar e a experiência dos actuais submarinistas se ter debilitado. Dois dias depois de aprovada já o MDN vinha a público anunciar a possibilidade de transferências de programas. Por outro lado, por força das suas próprias disposições, terá de ser revista já no próximo ano. Estes dados confirmam o carácter avulso de mais esta medida e deixam antever a necessidade de programas de aquisição em modalidades descartáveis para iludir os problemas com a perspectiva da sua resolução, podendo na realidade não o ser. Ou seja, a famosa preocupação de aquisição de meios a pagar a longo prazo, poderá, apesar de estar programada, não se concretizar se os projectos europeus assim o determinarem.

Mas, e relativamente ao cumprimento do Orçamento de Estado, se juntarmos a dívida do Governo para com as Forças Armadas, devido a não transferir para os ramos as verbas respeitantes às missões que o Governo inopinadamente lhes incumbiu, forçando-as à exaustão financeira, as conjecturas atrás produzidas assumem outra clareza. Por este motivo, por exemplo, a Marinha corre o risco de ter de parar as missões de vigilância e salvamento por falta de combustível – a GALP ameaça não fiar mais. A Força Aérea corre o mesmo risco, não cumprindo o mínimo de horas de voo requerido para garantir a operacionalidade, tal como o Exército que não tem verbas suficientes para adquirir sobresalentes, nem para manter em funcionamento as suas escolas de formação.

Soube-se agora que parte do dinheiro devido ao Exército pela APAD, cuja existência o público não conhecia, tem andado desaparecido por o documento supostamente assinado pelo ministro Jaime Gama andar desaparecido. Não se percebe porque motivo as verbas destinadas a ressarcir o Exército pelas despesas da missão em Timor foram cair nos cofres daquela agência sem que no seu objecto ou fontes de financiamento se adequem a tal.

Quanto ao pessoal, o quadro é ainda mais grave – se tal for possível. Também neste aspecto os Governos têm feito que resolvem mas não resolveram, e, por isso, deixaram agravar. Têm criado a imagem de que tomam medidas, mas não as implementam, ou me-

lhor, não transferem para os ramos os meios necessários para estes o fazerem. Também o último Governo, com as poucas medidas que tomou, não resolveu os problemas de fundo, nuns casos, agravou-os noutros e criou novos – se bem que no caso dos Estatutos tenha resolvido algumas velhas aspirações dos militares, veio criar graves problemas de perda de garantias e impôs a flexibilidade e a polivalência nas Forças Armadas na figura do retrocesso funcional e da desvalorização profissional.

No plano dos vencimentos verifica-se que os governos dos últimos vinte anos, propositadamente, deixaram perder-se a equidade interna e externa, tendo sido, no âmbito da Administração Pública, os que mais se degradaram. São conhecidas as iniquidades, as discriminações e as injustiças que foram criadas com DL 328/99 imposto à revelia de uma decisão do Conselho Superior Militar pelo Dr. Jaime Gama, enquanto ministro da Defesa, contrariando o trabalho do seu antecessor na pasta. Assim como são conhecidas as promessas governamentais de que esse DL seria uma medida intercalar e que o Governo adoptaria medidas autónomas de recuperação dos vencimentos dos militares no contexto da Administração Pública para obviar à degradação que então reconhecia. E não obstante toda indignação manifestada pelos militares nas mais variadas formas, de então para cá, não só não tomou nenhuma medida, como agravou o fosso que separa o quadro especial dos militares também relativamente ao quadro dos militares da GNR.

Mas o problema das Forças Armadas na área do pessoal não se esgota só nas carreiras, nos vencimentos e na Justiça Militar, radica também, dramaticamente, na escassez de pessoal para manter os meios operacionais e garantir o cumprimento das missões cometidas. Escassez esta que é agravada pelo facto de o Governo não ter dotado os ramos dos meios financeiros suficientes para pagarem os vencimentos aos jovens em regime de voluntariado e de contracto de acordo com a chamada Lei dos Incentivos, que este Governo aprovou e da qual fez grande propaganda.

A verdade, é que hoje os ramos não estão a respeitar a tabela de vencimentos oficial para estes militares, havendo centenas de casos em que os ramos devem quase um milhar de contos a cada um destes jovens, numa dívida que cresce todos os meses. Há jovens casais que têm de pedir dinheiro emprestado nas unidades para cumprirem com os seus compromissos pecuniários, assumidos com base num contrato que pressupunha uma tabela de vencimentos, quando o Estado lhes deve centenas de contos. Deste modo não há milhões de contos que bastem

para gastar em propaganda no intuito de atrair os jovens às fileiras.

Neste quadro há comentadores e militares que tendem a acreditar, ou pelo menos a deixar transparecer, que tal acumulação de factos negativos para a Instituição Militar se deve nuns casos à incompetência, noutros ao desconhecimento das questões militares, e noutros à inoperância de certas áreas dos sucessivos Governos. No entanto, o quadro descrito parece apontar antes para um conjunto de acções negativas premeditadas, perseguindo objectivos estratégicos não assumidos publicamente por as condições políticas não estarem amadurecidas para a sua assumpção. Se tais comentadores e militares tivessem razão na sua apreciação, apesar da gravidade do quadro, a Instituição Militar teria em qualquer momento hipótese de ser salva. O mesmo não acontecerá se a verdade coincidir com um compromisso entre os dois partidos que têm repartido entre si a pasta da Defesa, almejando objectivos europeus que passem pela extinção das actuais Forças Armadas.

Quem pensar que os militares se deixarão vencer pelo cansaço e pelo desânimo da não resolução dos seus problemas, engana-se! Quem pensar que se pode continuar a protelar as medidas urgentes e indispensáveis, e que se pode deixar vulgarizar as lutas dos militares, está a proceder levianamente: os militares só assumem publicamente os seus problemas quando no quadro institucional já não encontram respostas credíveis e após terem visto repetidamente relegadas para a ignorância as suas reclamações e alertas.

É neste contexto que os Sargentos de Portugal, em defesa dos seus direitos sócio-profissionais e da dignidade da Instituição Militar não podem assistir passivamente, nem querem contribuir para que a actual geração de militares seja transformada na Comissão liquidatária das Forças Armadas Portuguesas.

Neste momento histórico em que o Governo está demissionário e vamos novamente votar para que se constitua uma nova Assembleia da República de onde emanará um novo Governo, chamamos a atenção de todos os responsáveis políticos e todos os cidadãos de Portugal para o apelo de Sua Excelência o Presidente da República, que a matéria da Defesa Nacional, das Forças Armadas e dos militares tem de ser discutida pelo País e têm de formar amplos consensos sobre esta questão.

É bom que todos se esclareçam sobre estas matérias antes de irmos deitar os votos nas urnas. Os compromissos e os programas eleitorais devem reflectir claramente o que cada partido pensa fazer para debelar esta grave crise que abala o mais importante pilar da defesa da Independência e Soberania nacionais. Tudo faremos para que esta matéria seja colocada na agenda política.

Os Sargentos e os militares saberão hoje, como no passado, encontrar as formas adequadas para defenderem a Instituição Militar. Os Sargentos e os militares saberão hoje como no passado encontrar os meios para defenderem os interesses da Família Militar. Saberão estar ao serviço do País sem trair os seus direitos de cidadania. Os Sargentos e os militares saberão manter a elevação que os caracteriza, a disciplina e a coesão indispensáveis às Forças Armadas e prosseguir de cabeça erguida a sua luta pela dignificação social e profissional. ●

Opinião

Carta do Soldado Desconhecido à Nação

Diz o fado no conhecido filme português "Maria Papoila", nos anos 40 creio eu:

"Soldado que foste às sortes,
vai p'ro quartel, não te importes,
que lá ninguém te faz mal..."

Decidi-me a escrever-vos porque sinto que deixei de ser assim...

Com 34 anos de idade e com metade da minha vida passada nos quartéis, ao serviço da Nação que tanto amo, sinto-me desiludido, enganado e desprezado ao ponto de me questionar tantas e tantas vezes se valeu a pena ter um dia decidido, por vontade própria, ingressar nas Forças Armadas.

De repente parece que nada inte-

ressa, que já não há País para defender ou que alguém o defenderá por nós...

Os governantes da Nação pensam que já não sou preciso, mas não o dizem...

Agem como se não existisse, mas não o assumem...

Olho à minha volta e vejo situações que não posso aceitar e que entendo não merecer após tantos anos de dedicação e entrega desinteressada.

Vejo meios obsoletos,

Vejo faltas de sobressalentes e combustíveis,

Vejo os navios ancorados,

Vejo os aviões nos hangares,

Vejo as viaturas nas oficinas,

Vejo a formação deficiente,
Vejo problemas nos sistemas de Reformas e Saúde,

Vejo carreiras estagnadas e sem perspectivas,

Vejo desmotivação e desinteresse,

Vejo salários em atraso,

Vejo as Forças Armadas numa morte lenta por asfixia,

E vejo-me nelas a sufocar...

E interrogo-me:

"O queres de mim, Nação?
Porque me fazes tanto mal?"

Portugal, 25 de Dezembro de 2001
Ass.

O Soldado Desconhecido

Monumento ao marinheiro vai erguer-se em Almada

A Câmara Municipal de Almada vai erguer um monumento em homenagem ao Marinheiro, na futura rotunda situada entre o Parque da Paz e o Almada Fórum, cuja criação será da autoria do artista e professor Rogério Ribeiro.

Este monumento é uma homenagem à luta travada pelos marinheiros pela liberdade e democracia, e também pela sua contribuição ao desenvolvimento e enriquecimento da Cidade e Concelho de Almada.

A Câmara Municipal de Almada ao erguer este monumento, numa zona nobre da cidade, dá cumprimento à sua divisa "Almada faz o que promete" e satisfaz a promessa feita pela sua Presidente à proposta, de erguer um monumento ao "Marinheiro Insubmisso", apresentada pelo jornalista Oscar de Mascarenhas, na sessão de homenagem aos Marinheiros Tarrafalistas, em 30 de Abril de 1998, no Fórum Romeu Correia, em Almada

A comissão pró-monumento, constituída na sua grande maioria por militares da Marinha (oficiais sargentos e praças), em comunicado enviado à redacção de "O Sargento", "saúda e manifesta a sua grande alegria e satisfação pela decisão da Câmara Municipal de Almada, de erguer um monumento em homenagem à luta dos Marinheiros pela liberdade, democracia e desenvolvimento". ●

Carreiras continuam por reparar

Quando se comemorava o 25.º aniversário da Revolução dos cravos, já faz três anos no próximo dia 22 de Abril, foi aprovada a Lei 43/99, que visa reparar as carreiras dos militares envolvidos no processo político desencadeado pelo derrube da ditadura. No entanto, as carreiras dos militares abrangidos por essa lei continuam por reparar.

Depois das mais variadas acções e diligências feitas pela Associação 25

de Abril, do grupo de trabalho e de iniciativas individuais, o processo continua por concluir.

O prazo de funcionamento da Comissão de Apreciação teve de ser prorrogado pelo Governo por mais seis meses.

Em virtude da idade ir pesando, dezenas desses militares já faleceram e não viram as suas carreiras reparadas. Neste caso a prescrição não é por o prazo da reparação ter sido ul-

trapassado. Aqui, a prescrição é por morte!

Que mais precisará de ser feito, para que uma lei que foi aprovada só com a abstenção do Grupo Parlamentar do PP e depois ractificada por unanimidade na Assembleia da República seja aplicada?

Responsabilidades? Como todos sabem é do Governo, através do Ministério da Defesa! ●

Custódio de Jesus

Cartas dos LEITORES

"O nosso profundo mal está na nossa profunda indiferença"

Ramalho Ortigão

A frase de Ramalho Ortigão espelha bem o conformismo e apatia que reina, nos tempos de hoje, no povo português, ainda ébrio por esta aparente veia consumista desenfreada, facilitada pelas infinitas instituições de crédito existentes, que nos leva a todos à ilusão de um estilo de vida para o qual não temos, na realidade, nem posses, nem meios e também para a qual, em breve, pagaremos elevada factura pelo engano.

No caso em concreto de alguns (poucos) dos Sargentos de Portugal, acrescenta-se, ainda, a existência de alguns suplementos ligados às funções que exercem ou outro qualquer tipo de semelhantes irrisórias benesses, mas as suficientes para os manter amarrados e aterrorizados com a possibilidade de uma hipotética perda das mesmas, decorrentes de qualquer manifestação de insatisfação, por parte destes, pela valorização de uma carreira que não têm, pela dignificação do posto que ocupam ou da classé que integram.

Preferem então, engolir o orgulho, suportar a injustiça, conformarem-se em passar quinze ou mais anos no mesmo posto e esquecer definitivamente o significado do que é, de

facto, aspirar a uma carreira.

Vivemos, assim, todos (ou quase) num estado de absoluta sonolência, que muitos têm feito os possíveis e impossíveis para cultivar eficazmente, de forma a que o mesmo perdure por muito e longo tempo. E não esqueçamos que o pior cego é aquele que, propositadamente, não quer ver.

Depois temos ainda a chamada "representação presumida", aquele estado de espírito do indivíduo que sabe e assume que as coisas não estão bem, mas no que toca a libertar-se das correntes e grilhões que o mantêm estático, ele presume comodamente que haverá outro (não se sabe muito bem quem, talvez o chamado "representante anónimo") que estará lá em seu lugar e cumprirá o dever por ambos.

Vem, posteriormente, na fase seguinte, o rol de inúmeras e rebuscadas desculpas, que apenas demonstram e confirmam a nossa profunda inércia, a alienação em que caracteristicamente vivemos, a nossa incapacidade do mais pequeno dos sacrifícios, em nome de algo que nos beneficia a todos.

E quando as coisas funcionam,

quando os resultados, de alguma forma, aparecem, ficamos todos muito felizes e contentes, convencidíssimos que foi obra do esforço colectivo, que estamos ambos unidos numa causa comum... quanto mais não seja porque alguém teve a coragem de o fazer em nosso nome, porque alguém, naquele dia, sacrificou-se e ficou longe da família, porque alguém, naquele momento, abdicou de duas horas do seu curto espaço de tempo de lazer e disse presente!, porque alguém não aguentou mais a injustiça e teve a coragem dar a cara, numa causa que não é apenas sua.

Repito Ramalho Ortigão: «O nosso profundo mal, está na nossa profunda indiferença». Acrescento, o nosso mal está, quando repetidamente, calamos os nossos actos de indignação e respondemos com o silêncio à injustiça que, vitoriosa, sabe melhor que os demais que, quem responde não respondendo e quem baixa envergonhado a cabeça, é porque sabe que está definitivamente vencido.

Apetecerá, então, perguntar: quanto custa a nossa dignidade? Quanto vale a nossa consciência? ●

2SAR/RC da FAP



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral, a realizar na Junta de Freguesia de S. João, sita na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa, no dia 19 de Janeiro de 2002, pelas 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Alteração dos Estatutos

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2001

O Presidente da Assembleia Geral
Manuel João Teixeira da Silva



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e do n.º 31 do art. 1.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos em pleno gozo dos seus direitos associativos, para a Assembleia Geral Eleitoral, a realizar na Voz do Operário, sita na Rua Voz do Operário, n.º 13, em Lisboa, no dia 2 de Fevereiro de 2002, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição dos Órgãos Sociais para o biénio 2002/2003.

(Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal)

A Assembleia de Voto funcionará das 09.00 às 13.00 horas.

2. Discussão e votação de uma proposta de aumento de quotas.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2001

O Presidente da Assembleia Geral
Manuel João Teixeira da Silva ●

A DIRECÇÃO DA ANS RECEBEU
A SEGUINTE E HONROSA MENSAGEM

Cidade só

Atravesso sonhos
nas esquinas de cada rua
Busco a saída
por meio das gentes
Nada será como dantes,
gritaste-me,
aos solavancos do discurso
Busco razões
E os sons de Jacques Brel
no Teatro dos Campos Elíseos,
na década de sessenta:
"... a guerra chegou
e cá estamos esta noite"
Lembras-te?

Não me faltará
a Luz
até às portas
da cidade perdida
Nem a Esperança,
imensa
Como o sofrimento,
Nem a coragem como o ânimo
de gente destruída
Guia-me
ao longo dos
silêncios,
Dos restos
de ânsias e
cinzas
Sacudirei o pó
de todas as infâmias
Cantarei a liberdade
E ninguém me
adiará o amanhã.

Dá-me a Tua Mão,
Menino.
Nada será como dantes!
É noite de Natal.

Lisboa, 8 de Dezembro de 2001
D. Januário Torgal Mendes Ferreira

Eu não queria que os nossos amigos,
irmãos e camaradas sargentos fossem uma
"Cidade só"...! Essa solidão injusta não pode
continuar.
20.XII.2001 + Januário Torgal Mendes Ferreira

Ficou linda a sede do Clube do Sargento da Armada



Com a presença dos presidentes da Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa, dr. João Soares e dr. João Amaral, respectivamente, do Almirante Mendes Cabeçadas, em representação do Almirante CEMA, dos presidentes das juntas de freguesia de Santo Estevão e de São Vicente de Fora, de representantes dos clubes e associações do meio militar e do meio onde o Clube do Sargento da Armada (CSA) está inserido e de muitos outros convidados e associados realizou-se, no dia 27 de Outubro de 2001, a cerimónia de encerramento das obras da Sede do CSA.

A Sede Social ficou linda e o CSA passou, desta forma, a contribuir para restaurar a beleza do já lindo bairro de Alfama.

Como disse na sua intervenção, o presidente da direcção do CSA, Manuel Pais, "o Clube do Sargento da Armada fundado, no ano de 1975, no decurso da Revolução de Abril, é ainda muito jovem, mas os seus 26 anos de existência deram-nos já o conhecimento, de experiência feito, da contribuição do associativismo na valorização do cidadão sargento e das suas famílias, nas vertentes social, cultural e cívica, e estamos certos que, o engrandecimento e reforço do património do CSA, irá reforçar essa contribuição".

E continuou "Se tivermos em atenção o momento porque passam as Forças Armadas, a realização desta obra e a que iniciámos na Delegação, prova que esta nossa postura, de enfrentarmos os problemas, de não nos vergarmos perante as dificuldades, é correcta e confirma que estamos no rumo certo, motivando-nos e dá-nos confiança para enfrentar os desafios do futuro".

Chamou depois a atenção para a dimensão da obra e da ajuda preciosa que a Câmara Municipal de Lisboa, através do Gabinete Técnico de Alfama, concedeu. Para que todos ficassem com uma ideia, informou que o seu valor total foi de 28 mil contos, tendo a Câmara Municipal, participado com cerca de 13.500.000\$00.

Manuel Pais salientou que, "se tivermos presente que estas obras foram realizadas sem prejuízo da realização de quaisquer actividades do Clube, que tinhamos comprado o edifício por 45 mil contos, à Direcção Geral do Património, no ano anterior, estes valores reflectem bem a grandeza do esforço realizado".

E concluiu, com confiança: "Esta massa associativa, que não acredita em varinhas mágicas, por estar convicta

que é na unidade, no trabalho, no estudo, no esforço, na vontade e determinação que está o segredo da realização dos empreendimentos, com certeza continuará a apoiar com a sua presença e participação a vida do seu Clube, para que este espaço de convívio, de debate, de cultura e camaradagem se desenvolva e continue a ser uma realidade. Se continuar, e acredito que continuará, com esta participação, e com este rumo, valorizaremos a formação dos sargentos, na sua condição de militar/cidadão e das suas famílias e por esta forma continuaremos também, estamos convictos, a dignificar e a valorizar a Marinha e a Instituição Militar".

"O acreditar e ter confiança na massa associativa tem sido o nosso segredo e a nossa arte. Assim continuaremos!"

Viva o CSA! ● C. J.

Notícias da EUROMIL

MISSÃO POLÍTICA E DIMENSÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS NA EUROPA

Tema do 4.º Fórum Internacional

Realizou-se em Bruxelas, no passado dia 12 de Novembro, no contexto da Presidência Belga da União Europeia, o 4.º Fórum Internacional da EUROMIL (Organização Europeia de Associações Militares), sob o tema "As Forças Armadas na Europa: A Missão Política e Dimensão Social".

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público de Portugal (SMMP) foi convidado, na pessoa do seu membro, Dr. António Bernardo Colaço, para participar naquele Fórum, ficando o convite a dever-se pelo reconhecimento do apoio relevante dado pelo Sindicato na conquista do direito de associativismo profissional pelos militares portugueses. Como se sabe, este direito representativo foi reconhecido no passado mês de Julho, pelas Leis n.º 3/01 (Lei do Direito de Associação Profissional dos Militares), e n.º 4/01 (Lei de alteração do Artigo 31.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro).

A EUROMIL representa 26 associações de 19 países da Europa, representando aproximadamente 500.000 militares, dela fazendo parte as seguintes associações portuguesas: ANS (Associação Nacional de Sargentos), AOFA (Associação dos Oficiais das Forças Armadas) e a ASMR (Associação dos Militares na Reserva e na Reforma). ●

ANS participou no Presidium da EUROMIL

Decorreu em Bruxelas, entre 9 e 11 de Novembro passado, o 84.º Presidium da EUROMIL. A delegação da ANS a este Presidium de Outono foi constituída pelos presidente e vice-presidente da Direcção, respectivamente, António Lima Coelho e Ernâni Balsa.

A delegação da ANS, no dia 9, tomou parte numa reunião do Grupo de Trabalho sobre "Higiene e Segurança no Trabalho" liderado pelas associações belga e holandesa tendo também participado representantes das associações alemã, finlandesa, dinamarquesa, checa e italiana. Foram debatidos assuntos de extrema importância e actualidade de onde se destacam a problemática das doenças adquiridas nas missões dos Balcãs, os efeitos da radiação dos radares e de campo electromagnéticos fortes, o tratamento dado aos veteranos da Guerra do Golfo (particularmente na Dinamarca), questões ligadas a danos do sistema auditivo em consequência das condições de serviço, bem como as diversas di-

rectivas sobre normas de segurança a aplicar nos locais de trabalho. Foi feita uma abordagem sobre as diferentes realidades nos diferentes países, sendo dado realce ao trabalho sobre "Ruído e protecções" elaborado pela ANS.

Este grupo de trabalho pretende tornar mais expedita a troca de informações entre as várias associações membros da EUROMIL de forma a proporcionar medidas de protecção e/ou outras que se julguem necessárias.

A nosso pedido, decorreu uma reunião entre a Delegação da ANS e os Presidente e Vice-Presidente da EUROMIL para abordar o actual momento em Portugal, face às alterações legislativas entretanto introduzidas, e fazer um ponto de situação relativamente à ANS. ●

[Informação EUROMIL
na Internet:

<http://www.euromil.org>] ●

Actividade DESPORTIVA

Raid em Silves Equipa da ANS obteve brilhante resultado

A equipa de Raid da Associação Nacional de Sargentos (ANS) participou na 1.ª Prova do Campeonato Nacional de Corridas de Aventura, que decorreu em Silves, nos dias 10 e 11 de Novembro.

Nesta Prova, a ANS/RAID esteve representada pelos atletas Nuno Sousa (1 SAR), Dário Aleixo (1 SAR), Américo Pereira (SAJD) e Miguel Almeida (1 SAR). Tendo como pano de fundo o cenário de serras, rios e estradas de Silves, e confrontando-se com 34 equipas, a nossa equipa obteve um brilhante 4.º lugar, com os mesmos pontos da equipa terceira classificada e a menos um da segunda classificada.

A prova correu de uma forma regular e apenas o frio que se fez sentir tenha sido o maior obstáculo para todos. A equipa da ANS/RAID assentou a sua actuação na boa disposição e no convívio que nos é familiar. Os nossos parabéns à equipa e que continuem a prestigiar a ANS e a classe dos sargentos de Portugal. ●

Militares europeus lutam pelos seus direitos sociais

ALEMANHA

No passado dia 26 de Novembro de 2001 em Berlim, junto à porta de Brandeburgo, cerca de 25 mil militares, polícias e outros agentes de segurança, manifestaram-se fardados em defesa da manutenção das suas pensões de reforma e de outros direitos sociais.

O governo alemão pretende reduzir aquelas pensões abaixo dos 60% do vencimento do pessoal do activo e impor uma nova regulamentação de contagem de tempo de serviço que lesa os militares diminuindo o tempo que releva para o cálculo da pensão de reforma. Pretende ainda reduzir o valor da pensão de viuvez dos actuais 45 para 39%.

Os manifestantes reiteraram a sua disponibilidade e orgulho em cumprir as missões de defesa da sua pátria bem como as de âmbito internacional, mas não aceitam que eles ou as suas viúvas sejam remetidos para o limiar da pobreza depois de terem servido o seu país.

Esta manifestação foi promovida pela Associação de Militares Alemã e pelo Sindicato Alemão de Polícia. O presidente da associação dos militares, COR piloto aviador no activo, Bernhard Gertz classificou o programa de redução de despesas do governo federal, que está na origem do agravamento das suas condições sociais, de "desleal e injusto".

PORTUGAL

No passado dia 29 de Novembro, várias dezenas de sargentos fardados esperaram, passeando, à porta da residência oficial do Primeiro Ministro, que a delegação da ANS, composta pelos presidente e vice-presidente da Direcção, fosse recebida em audiência.

Pela 5ª vez a audiência foi recusada. A Direcção da ANS pretendia expor ao Primeiro Ministro o conjunto de injustiças e incumprimentos da lei que lesam os Sargentos, Praças e Militarizados nos seus vencimentos (ler notícia na pág. 3).



Desfile militar em Bruxelas por ocasião do 84.º Presidium da EUROMIL

Esta situação assume maior acuidade quando o mundo se confronta com uma guerra sem quartel imposta para derrotar o terrorismo.

É precisamente neste momento grave e delicado que as Forças Armadas Portuguesas se encontram em ruptura franca em muitos sectores e à beira da insolvência noutros.

A Instituição Militar, que é o pilar mais importante da soberania e independência nacionais, vê-se numa situação relapsa, sem meios para pagar a totalidade dos vencimentos aos jovens em regime de contrato, aos militares em missão no estrangeiro, em missões humanitárias e de paz e diplomáticas. Vê-se na contingência de não poder cumprir com o pagamento dos combustíveis e de outros compromissos comerciais.

E está nesta situação por, cumprindo escrupulosamente o seu orçamento para 2001, não ter sido ressarcida das verbas correspondentes às missões adicionais e inopinadas que lhes foram

cometidas pelo Governo no âmbito das suas competências.

É neste contexto que os Sargentos de Portugal, em defesa dos seus direitos sócio-profissionais e da dignidade da Instituição Militar não podem assistir passivamente, nem querem contribuir para que a actual geração de militares seja transformada na Comissão liquidatária das Forças Armadas Portuguesas. Saberemos resistir!

FRANÇA

Paris, Marselha, Montpellier, Toulouse, Bordeaux, Limoges, Béziers e muitas outras cidades foram palco de grandes manifestações em que participaram dezenas de milhares de polícias e esposas de militares e outros agentes de segurança.

Segundo o secretário geral do Sindicato "Synergie-Officiers" são necessários mais dez mil polícias só para que se concretizem as 35 horas semanais. ●

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO DL 328/99

Não obstante os resultados eleitorais do passado dia 16DEZ01 e seus desenvolvimentos, SExa o Ministro da Defesa Nacional elaborou e enviou para todas as associações de militares um projecto de Decreto-lei de alteração ao DL 328/99.

De uma primeira análise, a Direcção da ANS concluiu que:

♦ O projecto não corresponde e fica muito áquem das expectativas dos Sargentos, não resolve nenhum dos três principais problemas colocados, a questão da aplicação correcta do DL 328/99 nos seus artigos 19.º e 12.º, não permitindo reposicionar correctamente os escalões e devolver os diferenciais incorrectamente absorvidos nas 2.ª e 3.ª fases da aplicação daquele DL;

♦ O projecto não equipara as escalas indiciárias dos militares à tabela indiciária dos militares da GNR. Aproxima ligeiramente em alguns postos e escalões deixando praticamente na mesma a maioria.

Portanto, o projecto não resolve nenhum dos problemas nem adopta nenhuma das soluções apresentadas. Problemas que constituem injustiças e incumprimentos da lei e não aumentos de vencimentos, como alguns impropriamente tentam fazer crer.

As correcções das injustiças oficialmente reconhecidas e do incumprimento da lei constituem meros actos de gestão e, portanto, susceptíveis de serem resolvidos ainda por este Governo, que criou tais problemas.

No entanto, a Direcção considera que este projecto, enquanto proposta susceptível de ser melhorada se o Primeiro Ministro disponibilizar os meios necessários, deve merecer a nossa melhor atenção e estudo para possíveis análises conjuntas com o Gabinete de SExa o MDN.

Nesta perspectiva, a Direcção da ANS está a encetar todas as diligências para recolher os dados necessários para uma profunda análise do projecto ora apresentado. Posteriormente a Direcção dará mais informações sobre o assunto.

Linha Verde

É com satisfação que a Direcção da ANS informa que recebeu um ofício do Gabinete de SExa o Ministro da Defesa Nacional a informar das diligências que se estão a fazer para a "instalação de uma Linha Verde no Ministério da Defesa Nacional", para estar implementada até ao próximo dia 1 de Fevereiro de 2002.

Está de parabéns SExa o Ministro por ter entendido a pertinência da proposta. Estão de parabéns as nossas famílias, que passam a dispôr de um meio fiável de informação sobre os seus familiares militares quando em missões com ausência prolongada do seio familiar. Quando a Linha Verde estiver a funcionar nós, ANS, ficaremos com a grata satisfação do dever cumprido.

A ANS disponibiliza-se para ajudar a encontrar as melhores formas de implementar o serviço de apoio aos nossos familiares, nomeadamente, na definição do melhor perfil da equipa que terá tão honrosa, delicada e especializada missão a seu cargo. ●

CEMFA recebeu ANS em audiência

A ANS foi recebida em audiência pelo CEMFA, General Vaz Afonso, no passado dia 18 de Outubro (foto), concluindo-se assim a primeira ronda de audiências com os vários chefes militares, cujo início noticiámos no número anterior de "O Sargento".

A delegação da ANS foi constituída pelos presidente e vice-presidentes da Direcção. Esteve igualmente presente o Sargento-Mor do gabinete, SMOR Cerejo Martins, facto que assinalámos e do qual nos congratulamos.

Assim, e com um sentimento de grande lealdade, declaramos ao sr. General CEMFA a nossa profunda satisfação por podermos estar a viver em conjunto um momento histórico de virar de página, não discutindo o pas-



sado mas pondo os olhos no futuro. Desta audiência ressalta o clima de frontalidade e cordialidade com que decorreu, mesmo quando os temas abordados não colhiam opiniões coincidentes.

Os temas em análise prenderam-se com os factos que, neste momento, mais preocupam os militares em geral e os Sargentos da Força Aérea em particular, nomeadamente sobre a estagnação

das carreiras, o retrocesso funcional, as dificuldades económicas com que se defrontam as Forças Armadas, as alterações legislativas em curso e a capacidade eleitoral passiva.

Registámos a afirmação do sr. General Vaz Afonso de que "uma das prioridades do seu Gabinete é a resolução do problema de mais de quatrocentos primeiro-sargentos com mais de doze anos de posto", sendo contudo difícil de vislumbrar a solução para tal facto.

A terminar, reafirmámos a nossa disponibilidade para colaborar na defesa intransigente da instituição militar e a nossa firme determinação em cumprir a missão que o País nos exige, sem nunca abdicar da elevada convicção da nossa condição de cidadania. ●